

REGISTRO TAQUIGRÁFICO

Audiência Pública do Conselho Municipal de Política Urbana, realizada em 15/06/2016

Proposta de Operação Urbana Simplificada, elaborada pelo TCEMG

ABERTURA

CERIMONIAL:

Senhoras e Senhores, boa-noite.

Sejam todos bem-vindos ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Esta Audiência Pública é realizada pelo Conselho Municipal de Política Urbana. O objetivo desse encontro é apresentar e discutir a Proposta de Operação Urbana Simplificada, relacionada às edificações do Tribunal de Contas.

Iniciando esta reunião, convidamos para que tomem lugar à mesa o Senhor José Júlio Rodrigues Vieira, Gerente de Legislação Urbanística da Secretaria de Planejamento e Vice-Presidente do Conselho Municipal de Política Urbana; a Senhora Diretora Geral do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Raquel de Oliveira Miranda Simões; o Consultor Geral da Presidência deste Tribunal de Contas, Alexandre Duque Miranda Chaves; e o Coordenador de Manutenção e Obras deste Tribunal de Contas, Paulo Assunção Mota.

Passamos a palavra agora para o Senhor José Júlio Rodrigues Vieira, Vice-Presidente do Conselho Municipal de Política Urbana, que conduzirá os trabalhos.

JOSÉ JÚLIO RODRIGUES VIEIRA:

Muito boa-noite a todos.

É um prazer estar aqui com vocês, para falar um pouco sobre este trabalho de Operação Urbana Simplificada do Tribunal de Contas do Estado.

Fui apresentado brevemente pela Renata e, antes de fazer algumas explicações com relação ao procedimento da operação, venho dizer a vocês que estou aqui como Vice-Presidente do Conselho Municipal de Política Urbana, um órgão colegiado que coordena o processo de desenvolvimento e de discussão pública das Operações Urbanas Simplificadas. Em nome do Conselho e em nome da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – da qual também faço parte –, agradeço a presença de todos e já destaco o nosso interesse e a nossa disponibilidade para sempre estar discutindo as questões relacionadas não só a esse assunto mas a tudo que tem relação com o desenvolvimento urbano de Belo Horizonte.

Vou falar um pouco sobre o instrumento de Operação Urbana Simplificada e da sua importância no contexto de Belo Horizonte.

Temos, desde 1996, com a aprovação do plano diretor vigente de Belo Horizonte, o instrumento de Operação Urbana já incluído no nosso ordenamento jurídico. Esse instrumento de Operação Urbana tem como objetivo dar um tratamento específico, ou um tratamento mais pormenorizado, a projetos que são identificados como de interesse público. Existe o regramento geral urbanístico da cidade, que é dado pelo Plano Diretor, é dado pela Lei de Uso e Ocupação do Solo, mas, por vezes, há situações em que essas regras, em um caso específico, se mostram insuficientes para lidar com determinadas situações. Então, nessas situações é possível, tanto por parte do Poder Público quanto por parte de um ente privado, a proposição de operações urbanas, nesse caso operações urbanas simplificadas, porque, além das simplificadas, nós temos as operações urbanas consorciadas, que têm um caráter mais abrangente de geração de mudanças estruturais na cidade, normalmente trabalhando com áreas mais amplas. A Operação Urbana Simplificada tem um caráter mais pontual e tem como objetivo gerar também benefícios à cidade mas numa escala bastante mais reduzida.

Aqui nós estamos falando da escala de um terreno, bastante amplo, que é onde está instalado o Tribunal, mas claro, dentro da escala da cidade, estamos falando de um ponto muito pequeno.

Desde 2014, com o Decreto nº 15.758, o Município passou a trabalhar, com um pouco mais de cuidado, esse instrumento de Operação Simplificada, que existe desde 1996. Com qual objetivo? Com o objetivo de aumentar a transparência da forma como cada uma das operações é construída e também de incrementar o diálogo com a sociedade. Então, a equipe do Tribunal que está acompanhando conosco o processo da operação desde o início já conhece as nossas etapas de desenvolvimento.

No primeiro momento, a operação é apresentada pelo empreendedor, no caso o Tribunal de Contas, e feita uma avaliação pela equipe técnica da Secretaria de Planejamento Urbano com relação ao interesse público urbanístico ligado àquela operação; então ela já foi tratada e enxergada pela equipe técnica como de interesse público.

A partir daí, é desenvolvido um estudo urbanístico pela equipe do Tribunal, que considerou uma breve pesquisa de percepção ambiental, colhendo um pouco as impressões das pessoas que trabalham aqui e da vizinhança. Esse estudo urbanístico retorna para a Secretaria para que possamos montar o parecer final de diretrizes.

Finalizado esse parecer, é que chegamos nessa etapa que estamos iniciando agora, que é a etapa da audiência pública, a última etapa que teremos antes de encaminharmos um projeto de lei à Câmara. Vamos lembrar que, se estamos trabalhando com um regramento que é distinto do regramento do plano diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo, é necessário uma lei específica que precisa ser aprovada pela Câmara dos Vereadores para que essa regra possa, de fato, ser efetivada.

Então, finalizando o processo de Audiência Pública, será elaborado um projeto de lei que será encaminhado à Câmara Municipal para ser apreciado, votado, aprovado e aí, sim, teremos o regramento específico de Operação Urbana, positivado e passível de aplicação dentro do Município.

O foco é sempre a questão do interesse público, uma tentativa sempre de dialogar não só com os usuários do empreendimento mas também com a área do entorno. No caso específico do Tribunal, não há uma discussão de contrapartida financeira em função desses parâmetros urbanísticos que são distintos daqueles da legislação, por estarmos trabalhando com um ente de caráter público, e não faz muito sentido incrementarmos o ônus envolvido nas intervenções que são as previstas neste projeto.

No entanto, como vai ser apresentado mais à frente, a equipe técnica da Secretaria de Planejamento Urbano recomendou algumas alterações no projeto, alguns pequenos ajustes com o objetivo de melhorar o diálogo das edificações do Tribunal com a cidade e com seu entorno imediato. Essas intervenções e ajustes foram acatados pela equipe e vão ser apresentados pela equipe técnica a seguir.

Mais uma vez agradeço a presença de todos e destaco o interesse da Secretaria de sempre manter esse diálogo e de estar aberta a qualquer tipo de discussão que envolva a cidade de Belo Horizonte.

Obrigado.

DIRETORA GERAL RAQUEL SIMÕES:

Muito obrigada, José Júlio.

Vou pedir licença para ficar de pé, para facilitar a apresentação que será feita em PowerPoint.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer a toda a equipe da Prefeitura pelo apoio que está sendo dado ao Tribunal de Contas nessa Operação Urbana Simplificada que o Tribunal hoje submete à Prefeitura, com o objetivo de regularizar o conjunto das nossas edificações e a ampliação que o Tribunal está fazendo.

Essa primeira parte, como o José Júlio muito bem conceituou, é uma parte conceitual que fala sobre o que é a Operação Urbana e a sua legislação.

Se me permitem, eu vou passar para a parte do Tribunal: o que o Tribunal está fazendo, o que o Tribunal se propõe a fazer. São essas pequenas intervenções sugeridas pela Prefeitura para que possamos regularizar todo o nosso complexo, como eu falei antes.

Bom, aí é só para dar uma ideia da nossa localização, onde nós estamos, o nosso entorno. É uma foto aérea, nós temos aí o Hospital Madre Teresa, do nosso lado a Faculdade Pitágoras, o Tribunal de Justiça, o Hospital Luxemburgo e o nosso endereço. A área destacada em vermelho compreende o conjunto das nossas edificações.

Como o José Júlio falou, nós estamos nos submetendo a um processo longo. Já fizemos algumas entrevistas no entorno com pessoas, vizinhos, comércio, órgãos públicos para eles dizerem o que eles entendem, como veem o Tribunal de Contas. Todo esse questionário foi tabulado e encaminhado à Prefeitura. Então, estamos seguindo vários passos de um processo, para essa regularização.

Bom, aí é onde nós estamos. De acordo com o regulamento do Município de Belo Horizonte, pertencemos à Zona de Adensamento Restrito 2 e pertencemos também a uma Área de

Diretrizes Especiais. Tudo isso faz com que o Tribunal tenha que assumir alguns compromissos para atender a essas exigências específicas da legislação.

Este é o nosso entorno. É mais uma foto para compreender onde a nossa edificação se situa em relação ao nosso entorno. Aqui vou pontuar, descrever um breve histórico dos nossos prédios.

O conjunto é formado por três prédios interligados por passarelas e escadas. Todas as edificações foram aprovadas e receberam a baixa do Corpo de Bombeiros. Temos hoje uma brigada de incêndio que anualmente tem a chancela também do Corpo de Bombeiros. Então, quanto à questão ligada à segurança, o Tribunal também se preocupou e mantém em dia as nossas questões ligadas à segurança tanto patrimonial quanto pessoal, com relação à brigada de incêndio.

Este é o edifício Sede, inaugurado em 1986, quando o Tribunal veio lá do centro, do prédio do BEMGE. Tem uma área de 11.294,88 m², distribuída em 07 pavimentos com frente para a Av. Raja Gabaglia.

Este é o edifício Anexo I, inaugurado em 1996. É uma continuação do Edifício Sede, com uma área de 15.194,68 m², distribuído em 09 pavimentos, também com frente para a Av. Raja Gabaglia.

Este é o Anexo II, inaugurado em 1998, inicialmente destinado à garagem do Tribunal, composto por 04 pavimentos. A frente é para a Rua Flavita Bretas, o lado de trás do Tribunal. Em 2000, foi acrescido de duas edificações sobre o pilotis, que correspondem ao Espaço Ecumênico e à Escola de Contas Professor Pedro Aleixo. A área total do edifício Anexo II é de 15.706,03 m².

Então, a área total do terreno do Tribunal ocupa uma faixa de 12.554,48 m², a área bruta construída é de 45.893,93 m², dividida desta forma: Sede, Anexo I, Anexo II, nessas três unidades. Nós temos 621 vagas de estacionamento e 10 vagas destinadas a Pessoas com Mobilidade Reduzida. Então, nós temos como acomodar os automóveis dos nossos servidores nas dependências do Tribunal, o que alivia um pouco a questão das vagas de garagem no entorno do Tribunal.

Agora vamos falar um pouco do empreendimento. A área de ampliação do Anexo II que se pretende ocupar é de 3.698,34 m². Por que dizemos ampliação? Porque está sendo, na verdade, ampliado o Anexo II. Já existem 04 andares para baixo, com saída para a Rua Flavita Bretas, que são as vagas de garagem com toda a estrutura pronta. Na verdade, o que está se pretendendo é apenas ampliar um pouco a área já construída em 04 pavimentos, destacados na cor azul. Esta é uma vista de cima e esta é uma vista frontal da ampliação pretendida.

Com relação ao Coeficiente de aproveitamento da área, que é uma exigência da legislação, o aproveitamento vigente é de 1,0; o coeficiente de aproveitamento atualmente praticado é de 2,12; e o que se pretende, o que se deseja, é que seja aprovado um aproveitamento de 2,4. Como disse o nosso colega José Júlio, a ampliação atende ao interesse público. É para que o Tribunal possa cumprir melhor a sua missão constitucional com essa ampliação, destinada exclusivamente à atividade fiscalizatória, que é um dos objetivos do controle externo.

Um parâmetro solicitado nessa operação urbana, uma das exigências, é a Taxa de Permeabilidade mínima exigida de 20%, e nós estamos bastante próximos, de uma maneira satisfatória, como entendemos. Estamos com 19,2%.

Vou falar agora rapidamente sobre quais são as adequações que vamos fazer nas nossas edificações para que possamos atender a todas as exigências da legislação:

- 1- Realocação de parte do gradil da frente do Tribunal, voltado para a Av. Raja Gabaglia;
- 2- A criação do espaço de fruição e de um bicicletário;
- 3- A criação de um mirante;
- 4- O tratamento da fachada da Rua Flavita Bretas, que é a parte de trás do Tribunal;
- 5- Algumas soluções que estão sendo empreendidas no uso de materiais que busquem reduzir o impacto no meio ambiente;
- 6- O atendimento às Normas de Acessibilidade.

Vou falar rapidamente sobre cada um desses pontos e sobre o que o Tribunal se compromete a fazer.

Esta é a fachada central, este é o nosso gradil. Vamos fazer um recuo nesse gradil, nestes dois pontos destacados em vermelho. O que esse recuo vai possibilitar? Aumentar a área de passeio, aumentar a área para uso de pedestres e melhorar, qualificar o espaço.

Vamos colocar em um deles um bicicletário, para incentivar as pessoas a utilizarem menos veículos automotores, e também bancos, em uma área de fruição, para que as pessoas possam se sentar, com iluminação adequada. Tudo isso de acordo com o proposto pela Prefeitura e mantendo também a questão da arborização, da área verde, que é tão necessária na nossa cidade.

O número três é a criação de um mirante. Por estarmos numa região designada como especial, nesta área de zoneamento urbano, esta área tem uma visão para a Serra do Curral. Então, a proposta é a criação do mirante naquela área destacada, e ali vai ficar – para quem conhece as nossas edificações – entre o Espaço Ecumênico e o prédio da Escola de Contas, que é uma área que dá naquela segunda imagem. Aquela é a visão da Serra do Curral.

Naquele espaço de fruição, do lado de fora, no bicicletário, nós vamos colocar uma placa indicativa dizendo que está disponível na área do pilotis – também é uma área desejável que fique – o mirante do qual as pessoas poderão observar a Serra do Curral.

O número quatro é o tratamento da fachada da Rua Flavita Bretas; aqui está a imagem da fachada. O Tribunal se propõe a plantar árvores nesse passeio e fazer um jardim vertical, digamos, com planta adequada, para fechar de verde essa parte de concreto da área da Flavita Bretas, melhorando a questão do espaço verde.

O número cinco são soluções e materiais que estão sendo utilizados e que vão minimizar o impacto no meio ambiente.

Eu vou pedir ao Paulo, que é o nosso engenheiro responsável pelo projeto, para explicar quais as medidas que estamos tomando com relação a esse item.

PAULO ASSUNÇÃO MOTA:

Boa-noite.

Na verdade, trata-se de implantação de fachada aerada no novo prédio; do recolhimento da água de chuva através de um reservatório que vai ser situado na parte posterior do edifício Sede; da utilização de forro acústico no novo prédio e da instalação de piso vinílico, que absorva melhor os ruídos da edificação.

Em síntese, é isso.

DIRETORA GERAL RAQUEL SIMÕES:

Obrigada, Paulo.

Bem, a última intervenção seria a construção de uma rampa para acesso. O Tribunal hoje já atende às regras de acessibilidade na parte interior das nossas edificações. Então, desse lado direito de quem está vendo, vai ser construída uma rampa para facilitar o acesso das pessoas que têm dificuldade de mobilidade.

Basicamente são essas as intervenções. O Tribunal se coloca à disposição para qualquer dúvida que se tiver. O nosso compromisso é fazer todas essas intervenções para que consigamos toda a regularização das nossas edificações e possamos contribuir também para a melhoria da utilização dos espaços.

Eu agradeço a todos e fico à disposição para qualquer pergunta, qualquer dúvida.

Você quer falar alguma coisa, José Júlio?

JOSÉ JÚLIO RODRIGUES VIEIRA:

Podemos abrir para as perguntas, para as considerações.

Enfim, vamos deixar primeiro as pessoas interessadas falarem, depois, se for o caso, faremos alguma complementação.

Obrigado.

MAJOR ILDEU HELLER COELHO MARTINS:

Boa-noite.

Sou o Major Heller, Assessor Militar do Tribunal de Contas. Trabalho aqui há um ano e verifico algumas coisas que poderiam favorecer a nossa atividade. Como a Dra. Raquel bem falou, nós temos mais de seiscentos veículos transitando aqui diariamente.

Eu acho que é uma situação que pode causar um impacto na melhor fluidez do trânsito na Avenida Raja Gabaglia. Qual seria a possibilidade de se franquear um acesso para subir ou descer, entrar diretamente na nossa garagem aqui embaixo, tendo em vista que os retornos que se tem aqui são muito distantes?

O retorno mais próximo que se tem aqui, para se ter uma ideia, é lá no Hospital Madre Teresa, ou então se tem que subir na entrada para o Luxemburgo. Como já vão ser feitas várias obras aqui, poderia ser feita uma adequação viária, não sei, com cancela, e tal, com acesso aproveitando, quem sabe, o semáforo de pedestre para poder facilitar isso.

Obrigado.

JOSÉ JÚLIO RODRIGUES VIEIRA:

Bem, Major, se eu bem estou estendendo, o que o senhor está sugerindo é uma conversão à esquerda para quem sobe a Raja Gabaglia já entrar direto na garagem do Tribunal.

MAJOR ILDEU HELLER COELHO MARTINS:

Não só entrar, como sair também. Na hora em que a pessoa está saindo da garagem, ao invés de sair descendo a Raja, já aproveita o sinal para subir. Não só entrada. A pessoa está subindo a Raja e já poderia entrar, como também na saída. Porque, por exemplo, são 19 horas agora, o trânsito está muito carregado e nós ainda carregamos mais esse trânsito no sentido centro, para depois retornar e subir novamente. Nós temos o semáforo aqui, que poderia facilitar e franquear esse acesso mais fácil. Até mesmo para desobstruir e reduzir o número de veículos transitando na via, por uma rotatória muito pequena que se tem lá embaixo.

JOSÉ JÚLIO RODRIGUES VIEIRA:

Esse tipo de solução viária, graças a Deus não demanda que se precise fazer nenhuma alteração de legislação. Então, ela, não necessariamente, teria que compor o escopo dessa operação, mas é uma demanda que pode ser considerada.

Eu não disse, mas, uma vez aprovada a lei específica da Operação Urbana, esse projeto vai passar por um processo de licenciamento normal, como qualquer empreendimento em Belo Horizonte tem que passar. Quer dizer, esse projeto vai ser avaliado pela Secretaria de Regulação Urbana e, mais especificamente, até por conta do número de vagas, ele vai ter que passar por um processo de licenciamento urbanístico. Essa discussão pode ser feita lá.

Eu não consigo dizer para o senhor se isso é ou não é viável. A BHTRANS, certamente, tem a contagem de fluxo de veículos aqui na Raja Gabaglia nos horários de pico, e pode avaliar se essas conversões seriam possíveis ou não. Eu imagino que elas trariam muita facilidade para o acesso para o Tribunal, mas elas vão ser mais um sinal na Raja Gabaglia: todo mundo vai ter que parar e obedecer. Então, talvez pensar nessa conversão sendo feita por um outro acesso. É possível pensar em soluções que contemplem essa demanda, talvez não um sinal com acesso direto, mas alguma outra situação que possa melhorar, ou talvez trazer o retorno para um pouco mais próximo do Tribunal. De fato, nós acabamos de chegar de carro aqui e vimos que se tem que ir bastante à frente, para poder depois fazer o retorno e chegar até a porta do Tribunal.

Essa questão não está trabalhada no escopo da operação, não necessariamente porque ela não foi pensada, mas porque ela não demanda uma alteração de legislação para que seja trabalhada. Quando do licenciamento da edificação propriamente, eu entendo que essa questão pode ser abordada sim, inclusive por provocação do próprio Tribunal, destacando isso como uma demanda e como um facilitador das atividades do Tribunal, para que possa ser avaliado.

Pois bem, eu queria fazer alguns comentários, com relação às intervenções que foram solicitadas pela equipe técnica, no que diz respeito às edificações.

Na verdade, vocês devem ter percebido que são intervenções de pequena monta, não há nenhuma mudança significativa no projeto, mas são intervenções muito caras para a Secretaria, no sentido de tentar melhorar a relação das edificações com a cidade. O trabalho que a Prefeitura – mais especificamente a Secretaria de Planejamento Urbano – vem fazendo desde 2012 e que culminou no encaminhamento, no final do ano passado, de uma proposta de um novo plano diretor para a Câmara Municipal, tem, como um dos seus pilares, a tentativa de qualificar o espaço urbano da cidade.

Então, as intervenções pequenas, como essa da composição da fachada verde no fundo, vão melhorar um pouco o ambiente da Flavita Bretas, que é um ambiente bastante árido, até porque é uma questão construtiva necessária – o prédio precisa daquela cortina atirantada para se manter de pé –, mas ela pode oferecer um pouco mais de gentileza para a cidade.

Assim como essa abertura, que chamamos tecnicamente de área de fruição, mas que nada mais é do que uma pequena pracinha, aqui na porta do Tribunal, para a pessoa que está esperando o ônibus sentada no ponto, local que oferece uma condição mínima de conforto, mas que pode melhorar um pouco.

A questão do mirante, especificamente, é uma demanda que vem do Conselho de Patrimônio do Município. Então, uma edificação nova na Raja Gabaglia tem que trabalhar com uma de duas soluções: ou ela abre um mirante público, ou ela necessariamente tem que se elevar do solo por dois pavimentos e deixar esses pavimentos abertos, em uma espécie de pilotis, para que as pessoas possam ter, de alguma maneira, preservadas as vistas da Serra do Curral.

Outras questões já são mais óbvias, como o tratamento de acessibilidade na entrada do Tribunal. Todo tipo de adaptação ou de ampliação de edificações demanda esse tipo de intervenção. A mesma coisa com relação às questões de soluções sustentáveis. A proposta do novo plano diretor tenta trabalhar também com incentivos, para que os empreendimentos adotem essas soluções de redução de impacto ambiental nas edificações, por entender que são questões importantes para a cidade.

Nós ficamos bastante satisfeitos com a colaboração da equipe técnica, até para que possamos utilizar essas referências das intervenções do Tribunal, que, ainda que pequenas, são muito importantes. Se imaginarmos essa edificação, aqui, sozinha, ela não consegue melhorar o ambiente da Raja Gabaglia como um todo, mas, a partir do momento em que vamos tendo, com novas edificações, isso sendo incorporado às edificações, passando a ser um padrão que vai sendo adotado pela cidade, os efeitos vão começando a saltar aos olhos das pessoas.

Então, em algum momento, temos que começar. Já existem essa nova normativa e esses incentivos que estarão previstos no plano diretor, que, se Deus quiser, será brevemente aprovado pela Câmara Municipal.

Nessas Operações Urbanas Simplificadas, assim como outras operações em que a Secretaria de Planejamento Urbano tem trabalhado, já buscamos incorporar um pouco desses conceitos para que possamos ter uma cidade mais agradável, principalmente para quem circula a pé, estimulando que outras pessoas circulem de outra maneira que não o veículo individual. Sabemos que a topografia de Belo Horizonte não ajuda, mas, a despeito disso, cada vez mais temos visto as pessoas andando de bicicleta, as pessoas se deslocando a pé. Então, se pudermos fornecer uma infraestrutura que dê apoio a esse tipo de iniciativa, a tendência é que o número de pessoas que façam adesão a esse modo de deslocamento seja cada vez maior.

É importante eu falar desse objetivo de conscientização da população de que, por mais que sejam intervenções pequenas, elas não são bobagens, não são situações de mero embelezamento. Todas elas partem de um conceito de uma cidade mais humana, mais voltada para as pessoas e mais voltada para a qualificação do espaço. Quanto mais bonita for a nossa cidade, quanto mais ela der apoio para que as pessoas estejam na rua, vamos ter mais gente usando a rua e, conseqüentemente, vamos também ter espaços mais seguros. Quanto mais gente estiver usando o espaço, mais as pessoas se sentem seguras para estar naquele lugar. A partir do momento em que temos menos gente usando, a tendência é que os espaços sejam apropriados por atividades às vezes ilícitas, ou por atividades que acabam não qualificando aquele espaço. A tentativa da Secretaria e da Prefeitura sempre vai ser no sentido de promover ações desse tipo. E é nesse contexto que inserimos essas intervenções que estão sendo pedidas dentro da operação do Tribunal de Contas do Estado.

Coloco-me a disposição; não sei se há algum outro questionamento, alguma outra questão a ser levantada.

Então, passo a palavra ao cerimonial?

DIRETORA GERAL RAQUEL SIMÕES:

Obrigada, José Júlio.

Agradeço a presença de todos. Se alguém quiser um esclarecimento ou tiver alguma dúvida, estamos à disposição.

Em nome do nosso Presidente Sebastião Helvecio, agradeço, mais uma vez, a presença de todos colocando-nos à disposição, inclusive da Prefeitura. Estamos certos de que muito em breve a nossa lei específica estará aprovada na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Obrigada a todos e boa-noite.

José Júlio, você quer falar mais alguma coisa?

JOSÉ JÚLIO RODRIGUES VIEIRA:

Eu gostaria de destacar que todo o processo da Operação Urbana Simplificada está documentado num processo administrativo específico e estamos com uma organização em que o material relativo ao processo administrativo, não só desta operação mas de todas as operações urbanas simplificadas, está sendo disponibilizado no site da Prefeitura de Belo Horizonte. Os pareceres técnicos, o estudo encaminhado pela equipe técnica do Tribunal, tudo isso está sendo disponibilizado. Quem tiver interesse, claro, além de consultar pessoalmente o processo administrativo agendando conosco na Secretaria de Planejamento Urbano, poderá ter acesso também a esse material no site da Prefeitura.

O objetivo é fazer com que o processo seja o mais transparente possível. Estamos permanentemente à disposição para prestar esclarecimentos sobre essa ação e todas as demais ações da política urbana de Belo Horizonte.

Muito obrigado.

DIRETORA GERAL RAQUEL SIMÕES:

Obrigada. Boa-noite a todos.

